



**Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Ata da 196ª Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDDPH**

1 Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e nove, às quatorze horas, no Salão A, Palácio do
2 Itamaraty, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, foi realizada a centésima nonagésima
3 sexta Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sob a
4 Presidência do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e
5 **Presidente** do CDDPH, **Ministro Paulo de Tarso Vannuchi**, com a presença dos seguintes
6 **Conselheiros:** Dr. Percilio Lima Neto, OAB; Dr. Dalmo de Abreu Dallari, Prof. de Direito
7 Constitucional; Dr. Fermino Fechio, SEDH; Drª Carolina Martins, DPF/MJ; Deputado Luiz
8 Couto, CDH/Câmara; Dr. Fernando Matos, SEDH; Drª Ivana Farina, CNPG; Profª Marly Bastos,
9 ABE; Dr. Rafael Favetti, MJ; Deputado Fernando Ferro; Dr. André Cunha, DEPEN; Dr. Carlos
10 Eduardo, MRE; Dr. Daniel Lerner, SEDH; Dr. Carlos Alberto Fazzio, PF/MJ; Sr. Gilson Cardoso,
11 MNDH; Sr Márcio Araújo, Câmara; Sr Carlos Moura, CBJP; Dr. Marcelo Tognozzi, ABI; Dr.
12 Franklin Rodrigues, MPF; Drª. Flávia Piovesan, Profª de Direito Penal; Drª Lenir Rodrigues,
13 ANADEP; Dr. Roberto Filho, Defensor Público; Dr. Humberto Espinola, Penal; Drª Paula Lima,
14 SEDH; Drª Juliana Corbacho, SEDH; Drª Andressa Caldas, Justiça Global; Drª Ivana Farina,
15 CNPG; Drª Gilda Carvalho, MPF; Sr. Moacyr Matos, Pai de Manoel Matos; Srª Nair dos Anjos,
16 Mãe de Manoel Matos e Drª Juliana, Secretária Executiva do CDDPH. **Item I - Abertura e**
17 **Informes:** O Presidente abriu a reunião cumprimentando os presentes e agradecendo a
18 presença de todos. Em seguida, foi concedida a palavra ao **Dr. César Brito, Presidente do**
19 **Conselho Federal da OAB**, que aproveitou a ocasião para dizer que, após provocação do
20 Ministro Paulo Vannuchi, foi resolvido que se incluísse no Exame de Ordem, perguntas
21 específicas sobre Direitos Humanos. Com a palavra, a **Drª [não identificada]** parabenizou a
22 OAB pela iniciativa que, a seu ver, trará um impacto e uma força catalisadora extraordinária ao
23 comentar a cultura dos direitos humanos e a incorporação dos parâmetros proferidos às
24 atividades humanas. Avaliou como um momento histórico, com efeito dominó, a partir daquele
25 momento, nas faculdades e cursinhos. Aproveitou para destacar o fato que a Sra. Marian Forst
26 concedeu o prêmio de Direitos Humanos este ano a militante incansável Fernanda Carvalho,
27 brasileira da Justiça Global, salientando e destacando seu trabalho notório no combate à
28 violência policial, grupos de extermínio. Em seguida, a **Drª Ivana** registrou a retomada dos
29 trabalhos na Comissão Especial do CDDPH que, desde dois mil e seis, apura as graves
30 violações dos direitos humanos do sistema carcerário do Estado do Espírito Santo. Registrou

31 que o Conselho Nacional de Políticas Penitenciárias apresentou fotos e filmagens dando conta
32 das violações permanentes nos sistema carcerário daquele estado. Informou que o CNJ
33 designou alguns juízes para inspeção no estado que resultou em um termo de compromisso no
34 qual o Estado se comprometia a cumprir ações em determinado espaço de tempo. Disse que a
35 comissão solicitou ao CNJ informações sobre as medidas fiscalizadas depois da assinatura do
36 termo e recebeu como resposta que nada havia sido feito. Explicou que a comissão deliberou
37 voltar ao Estado para fazer vistoria in loco. Relatou as péssimas condições encontradas na
38 unidade, como esgoto a céu aberto e a péssima condição da alimentação e superlotação.
39 Falou também da visita ao CPT e de suas condições excepcionais de tecnologia, controle e
40 monitoramento. Registrou que o Presídio Feminino de Tucum foi o que apresentou maior índice
41 de superlotação e de insalubridade, não apresentando nenhum avanço desde o relatado em
42 dois mil e seis, a não ser a quantidade de presas. Disse que a situação era absolutamente
43 insuportável e que havia o pedido de intervenção, feito a partir da representação da Dra. Gilda,
44 perante o Procurador Geral da República, ainda não tinha sido apreciado. Com a palavra, o
45 **presidente** registrou que investiu na idéia da calma, da paciência, mas que os prazos foram
46 inteiramente descumpridos. Apontou para o fato de ser um estado rico, que tem royalties de
47 petróleo e um volume impressionante de obras em andamento, mas apresenta um descaso
48 com o sistema penitenciário. A **Drª Gilda** sugeriu que o Ministro marcasse audiência de
49 emergência com o Procurador Geral da República para tratar desse assunto. Perguntou se
50 haveria a possibilidade de encaminhamentos em parceria com o CNJ. O encaminhamento foi
51 aprovado. O **Deputado Luiz Couto** informou ter visitado a unidade antes da Comissão de
52 Direitos Humanos, a convite da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia e detalhou a
53 difícil realidade vivida naquelas unidades prisionais. Disse que nem o Juiz vai mais à unidade e
54 que o governador do Estado não leva o assunto a sério. Registrou que, a cada mês, há uma
55 progressão para pior e que as providências não são tomadas. O **Dr. Humberto**, diante da
56 gravidade da situação, convidou o presidente da OAB e o representante da Comissão de
57 Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para também participarem da audiência com o
58 Procurador. A **Conselheira Flávia** reportou o fato de a OAB ter provocado, há quatro anos, a
59 intervenção federal do Estado do Espírito Santo por conta do crime organizado, com
60 contribuição de um relatório bastante consistente do CDDPH. O **Dr. Percilio** registrou o
61 extraordinário apoio dado pelo Dr. André Pimentel, ex-presidente da Comissão de Direitos
62 Humanos do Estado do Espírito Santo da OAB e atual secretário daquela seccional, que
63 permitiu o acompanhamento de advogados na visita às unidades prisionais naquele estado.
64 Apontou para o fato do jornalista que os acompanhava ter sido vetado pelas autoridades
65 estaduais. O presidente da OAB **Dr. César Brito** informou, quanto à questão do Espírito Santo,
66 que o Conselho Federal já havia debatido a matéria em plenário e que havia a autorização
67 daquele conselho para, em não se resolvendo a situação, ingressar com ação criminal contra
68 os administradores e contra os governantes daquele Estado, alegando a prática de crime de

69 tortura. Foi apontado para o fato de haver o compromisso de apresentar o relatório do CDDPH
70 aos colegiados do CNPCP e CNJ e que a audiência com o Procurador Geral da República
71 deveria ser realizada com a presença dos dois colegiados. A **Drª Ella** informou que haveria
72 reunião do Conselho em Porto Alegre, ocasião em que se realizaria um seminário sobre os
73 vinte e cinco anos de execução penal. Disse que, com relação à questão do Espírito Santo, era
74 um assunto grave, e sugeriu a elaboração de uma resolução para ratificar o pedido de
75 intervenção. Na sequência, o **presidente** informou sobre o andamento do Projeto de Lei que
76 transforma o CDDPH em Conselho Nacional de Direitos Humanos. Solicitou que o assunto
77 fosse debatido na reunião de novembro e que na plenária de dezembro, o relatório fosse
78 votado. Apontou para o mesmo encaminhamento quanto a questão do grupo de extermínio do
79 Ceará com as vinculações do PPCAM. Outro fato a ser discutido e definido em novembro,
80 segundo o presidente, era a questão dos mandatos expirados. Disse que o assunto poderia ser
81 resolvido sem mexer na composição, pois não seria o momento de promover mudanças, vez
82 que a composição estava muito aguerrida e corajosa para enfrentar as questões. Aproveitou
83 para convidar os presentes para a quarta edição da Mostra de Cinema e Direitos Humanos da
84 América do Sul, no dia vinte sete de outubro em Brasília, com participação de dezesseis
85 capitais e trinta e nove filmes concorrentes. **Item 2 - Deliberação quanto ao Relatório Final**
86 **produzido pela Comissão Especial criada com o objetivo de "realizar gestões junto à**
87 **Sociedade Civil e aos Poderes constituídos dos Estados da Paraíba e de Pernambuco e**
88 **autoridades federais, com intuito de agilizar a apuração e a punição do assassinato do**
89 **defensor de direitos humanos, Manoel Mattos, bem como seu processo de**
90 **federalização" (Resolução nº 03/2009) - Expositora: Drª Ivana Farina Navarette Pena -**
91 **Representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos**
92 **Estados e da União.** Com a palavra, a **Drª Ivana** iniciou a apresentação e detalhou cada um
93 dos pontos do relatório. Destacou as visitas aos estados e a audiência com a ministra relatora
94 do IDC, ministra Lauri Telário Vaz quando foi apresentada uma gama de informações colhidas
95 pela comissão. Detalhou que, em João Pessoa, na Paraíba, houve divulgação na mídia sobre o
96 trabalho da comissão, expondo a gravidade do contexto de impunidade reinante e reiterando o
97 objetivo da comissão de buscar o fim da impunidade com relação a mais de duzentos
98 homicídios perpetrados por grupos de extermínio naquela localidade. Explicou sobre a
99 audiência com o governador do estado da Paraíba, quando o vice-presidente Dr. Percílio
100 sintetizou a meta do Conselho de buscar a responsabilização dos agentes criminosos que
101 eliminaram Manoel Matos, um mártir pela defesa dos direitos humanos do país. Disse que após
102 os trabalhos de visitas, tiveram audiência pública e visita à cidade de Itambé, no Pernambuco,
103 com o presidente do CDDPH. Explicou que na audiência com o Presidente do Tribunal de
104 Justiça da Paraíba foi feito um relato minucioso dos fatos. Relatou que a reunião em Itambé,
105 havia acontecido no Centro de Cidadania Manoel Matos, onde o Presidente do CDDPH,
106 Ministro Vannuchi, coordenou os trabalhos, com a presença do Presidente da Seccional da OAB

107 da Paraíba, Dr. Alexandre Guedes, a mãe de Manoel Matos, a senhora Nair Matos e o
108 advogado do processo, Dr. Irenaldo Ribeiro, além de diversos representantes da sociedade
109 local, e da Promotora de Justiça da Comarca, Dr. Rosinete Solto Maior de Almeida. Disse que
110 naquela ocasião, o Presidente do CDDPH recebeu um documento, no qual era manifestado o
111 desejo daquela comunidade, de ampliação do diálogo com a Secretaria Especial de Direitos
112 Humanos, em especial, para ter acesso aos programas PROVITA ao PPBH e ao PP do
113 Campo, para efetivarem a instalação respectiva naquela localidade. A senhora Elisabete
114 Godinho falou em nome do Governo de Pernambuco, apresentando propostas do estado no
115 sentido de se estabelecer uma comissão permanente, para observarem e atuar no combate
116 dessas violações dos Direitos Humanos, e também colocando a disposição os programas de
117 proteção de Pernambuco à família de Manoel Matos. Registrou que a mãe do Dr. Manoel
118 Matos, fez uma declaração incisiva de que sentia-se amedrontada e ameaçada. Por fim,
119 solicitou que o relatório fosse entregue em mãos, com os detalhes que a Ministra relatou,
120 reafirmando o mesmo sentimento presenciado pela Comissão. O **presidente** agradeceu o
121 trabalho da comissão e abriu para discussão no sentido de acolher sugestões e aprovar
122 eventuais complementações no relatório. Na questão da divulgação do bilhete, sugeriu
123 encaminhar o caso para análise do Dr. Fernando Matos, no sentido de analisar se não haveria
124 problema de segurança para as pessoas identificadas. Disse que o conselho deveria tratar o
125 tema como ponto de encontro histórico. O **Dr. Eduardo** registrou que a Paraíba foi o primeiro
126 estado da Federação Brasileira a ter uma audiência específica na OEA para tratar das
127 violações dos direitos humanos daquele estado, ocorrida no ano de dois mil e três. Salientou a
128 necessidade de se criar uma rede institucional e um processo de fortalecimento para que
129 pudessem se deslocar até o local e começar a acompanhar os trabalhos. A **Drª Rosemari**
130 disponibilizou um CD com a cópia do relatório atualizado, aos conselheiros. Detalhou o
131 andamento das investigações sobre o caso do assassinato do Mi. A conselheira desabafou
132 sobre a dificuldade que tem no dia a dia por estar, já há seis anos, sob proteção policial e por
133 ter virado promotora de gabinete por força das circunstâncias. O **Dr. Fernando Matos** informou
134 que a prefeitura de Itambé havia proibido a realização da homenagem aos nove meses do
135 assassinato do Manoel, com apresentação de uma orquestra em praça pública. Com relação a
136 questão da divulgação do bilhete, sugeriu que o mesmo fosse apresentado apenas a Ministra,
137 já que era sem assinatura e poderia ser usado como uma importante peça de convencimento.
138 Sobre o convênio referido pelo Dr. Rosemari explicou que se tratava de decisão do CDDPH de
139 ir a Paraíba, e firmar convênio entre os Ministérios Públicos dos dois estados e com a Polícia
140 Federal. O **presidente** indagou se, nos contatos na Paraíba, havia alguém que demonstrou
141 maior comprometimento com o caso. Foi informado que o Procurador Geral se posicionou
142 muito bem. O presidente solicitou que esse fato fosse comunicado à Ministra. Também foi
143 informado que o contato com o Presidente do Tribunal foi bastante positivo. O **Dr. Humberto**
144 apontou como interlocutor viável, o Ministério Público Federal, e um novo interlocutor no interior

145 do governo: o Procurador de Justiça. A **Drª Roseana Queiroz** informou que a comissão de
146 Direitos Humanos faria no dia trinta daquele mês uma diligência à Paraíba especificamente
147 para levantar, ouvir a população e a sociedade no que diz respeito à violência institucional.
148 Apontou para o fato de um levantamento ter mostrado que, a Paraíba estava entre os estados
149 brasileiros que tiveram maior crescimento da violência. Destacou que na semana em que o
150 CDDPH foi ao estado, o Gabinete de Gestão Integrada do governo, tentou apresentar à
151 imprensa medidas políticas paliativas, que na verdade, nunca tiveram nenhum
152 encaminhamento concreto, principalmente no que diz respeito às denúncias cotidianas. A **Drª**
153 **Flávia** frisou o consenso de que o caso era de acentuada responsabilidade histórica do
154 Superior Tribunal de Justiça, para apontar o destino do Instituto de Deslocamento de
155 Competência. Disse que a moção aprovada pelo conselho externava a satisfação cabal de
156 todos os requisitos constitucionais. Destacou o dado estarrecedor de que apenas no município
157 de Itambé, em quinze anos, foram duzentas e duas execuções sumárias, sendo que um quarto
158 delas sem produzir qualquer inquérito. Sugeriu que, estrategicamente, a entrega do relatório ao
159 Procurador Geral da República, fosse feita de maneira solene pelo ministro. **Item 03 -**
160 **Apresentação de denúncia sobre a questão indígena no sul da Bahia - Povos Tupinambá**
161 **de Oliveira e Pataxó HãHãHãe, pelo Conselho Indigenista Missionário - CMI - Dr. Saulo**
162 **Ferreira Feitosa, Secretário Adjunto do CMI e Dr. Paulo Machado Guimarães - Assessor**
163 **Jurídico do CMI.** O **Dr. Paulo Machado** relatou sobre um fato ocorrido em junho desse ano,
164 quando o povo Tupinambá, que tradicionalmente ocupa terras no estado da Bahia,
165 precisamente nas dunas do município de Ilhéus, Una e Buerarema, após um processo de
166 retomada de posses, ocasionou na detenção de cinco índios que foram agredidos e
167 submetidos a, rápida, porém brutal, sessão de choques com um aparelho utilizado pela Polícia
168 Federal para repressão de conflitos coletivos, ao ponto dos índios ficarem extremamente
169 aterrorizados com toda sua comunidade. Disse que, na ocasião, a Comissão Nacional de
170 Política Indigenista, estava reunida em Brasília e foi viabilizado com o apoio do Programa de
171 Proteção e Combate à Tortura e da FUNAI, o deslocamento desses índios a Brasília, com
172 apoio e acompanhamento do Ministério Público Federal do Distrito Federal. Foram submetidos
173 ao exame no Instituto Médico Legal do Distrito Federal de forma extremamente competente e
174 rápida, que comprovou as agressões. Diligenciou e encaminhou seus resultados ao Ministério
175 Público Federal, no Distrito Federal, que remeteu por sua vez aos colegas em Ilhéus, no
176 Ministério Público Federal. Explicou que, foram constatadas as agressões e hematomas e as
177 ameaças contra o cacique Babal. Informou que todos os agentes da polícia federal tinham sido
178 identificados. Diante dos fatos constatados, houve audiência com o Ministro da Justiça, com a
179 presença do presidente da FUNAI e de Parlamentares, onde foi solicitado ao coordenador do
180 programa de combate a tortura da Secretaria de Direitos Humanos, Dr. Pedro Montenegro e à
181 Procuradora Federal de Direitos do Cidadão e da coordenadora da Sexta Câmara de
182 Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, Dr. Débora que o fato fosse

183 apurado por delegado específico e fora da lotação. Informou que, desde então, não houve mais
184 notícias sobre o fato. O **presidente** acolheu a solicitação e informou que o Dr. Pedro
185 Montenegro, foi substituído pela Dra. Maria Auxiliadora Arantes. Foi informado ao ministro que
186 houve reunião, para tratar do assunto, do CIME com o Ministro Tarso Genro, com a presença
187 de três senadores, do presidente da FUNAI e um representante da Comissão de Direitos
188 Humanos, Pedro Ivo. O **Dr. Gercino, Ouvidor Agrário Nacional e presidente da Comissão**
189 **Nacional de Combate a Violência no Campo**, disse que no caso dos índios Tupinambás,
190 houve audiência em Ilhéus. Detalhou os encaminhamentos realizados até aquele momento.
191 Com a palavra, o **Dr. Moura, da Polícia Federal** esclareceu alguns pontos sobre o caso. Disse
192 que o fato era lamentável e que a Polícia Federal tinha dois procedimentos em andamento: um
193 inquérito policial instaurado para apurar o fato e, paralelamente, foi instaurado um
194 procedimento disciplinar, para apurar eventuais excessos cometidos pelos policiais. Com
195 relação ao inquérito policial, disse que estava sendo acompanhado por procuradores da
196 República e quanto ao procedimento disciplinar, informou que estava sendo conduzido pela
197 nossa corregedoria geral em Brasília. Afirmou que a PF não admitia esse tipo de desvio de
198 conduta. Disse que os procedimentos ainda não estavam concluídos. Reforçou que a situação
199 de Ilhéus exigia uma certa atenção por parte de todos os órgãos públicos e que todos os dias,
200 os servidores da Polícia Federal cumpriam mandados de integração de posse. Sobre o
201 Cacique Babal, informou que ele precisava de proteção porque existia um mandado de prisão
202 preventiva contra ele. O **presidente** concluiu o assunto acatando a solicitação do CIME e
203 procedendo os encaminhamentos necessários, via secretaria-executiva, em coordenação com
204 o trabalho da Ouvidoria Agrária Nacional, com o Programa Nacional de Proteção e com a
205 Coordenação Nacional de Combate a Tortura. Disse que falaria pessoalmente com o ministro
206 Tarso Genro reforçando o assunto para garantir informações. Na sequência, pediu licença pois
207 participaria da posse do ministro Samuel Pinheiro Guimarães. A presidência interina ficou por
208 conta do Doutor Percílio. **Item 04 - Deliberação quanto ao Relatório Final produzido pela**
209 **Comissão Especial criada com o objetivo de "apurar tentativas de criminalização de**
210 **movimentos sociais, a partir de iniciativas do Ministério Público Estadual, decisões do**
211 **Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e ações da Brigada Militar do Rio**
212 **Grande do Sul, apontando soluções no sentido de garantir o respeito aos direitos civis e**
213 **às liberdades públicas" (Resolução nº 08/2008). Dr. Fernando Mattos - coordenador Geral**
214 **do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos/SEDH/PR.** Com a palavra,
215 o **Dr. Fernandes Marques** apresentou o relatório final que contemplava as várias conclusões
216 emitidas, relativamente a situação da criminalização dos movimentos sociais no estado do Rio
217 Grande do Sul, agravadas pelos fatos ocorridos, a partir de outubro de dois mil e oito. Após a
218 apresentação apontou que o relatório discorria vinte e sete recomendações. Na sequência, o
219 relatório foi colocado em debate. O **Desembargador Gercino** apontou o fato de o Estado Rio
220 Grande do Sul ter dificuldade em responsabilizar os crimes praticados. Destacou o fato de o

221 secretário de segurança pública do Estado ter proibido que os delegados participassem do
222 Seminário sobre o tema. O relatório foi aprovado. **Item 05 - Deliberação quanto ao Relatório**
223 **Parcial produzido pela Comissão Especial criada com o objetivo de "estabelecer**
224 **metodologia institucional de trabalho para acompanhamento e apuração de denúncias**
225 **relativas à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada" (Resolução nº 12 e**
226 **21/05) no estado do Espírito Santo no que concerne ao direito da alimentação adequada**
227 **na Comunidade Quilombola. Expositores: Júlia Rodrigues de Lima e Dr. Pedro Kitoko.**
228 Com a palavra, a **Drª Joana** detalhou o relatório. Mencionou as recomendações deliberadas ao
229 Ministério do Desenvolvimento Agrário, à Superintendência regional do INCRA, ao Ministério
230 do Desenvolvimento Social, à Fundação Cultural Palmares, ao Ministério da Saúde, à
231 coordenação regional da FUNASA, ao Ministério Público no Estado de Espírito Santo, ao
232 Ministério Público Federal, Procuradoria de São Mateus, ao Instituto de Defesa Agropecuária
233 Florestal e DARF, ao governo do estado do Espírito Santo e aos Municípios de São Mateus e
234 Conceição da Barra. Na sequência, o relatório foi colocado em debate. Após considerações, a
235 **Drª Joana** destacou o fato da metodologia construída na comissão, não ter sido aprovada em
236 plenário. O **Dr. Percilio** informou que solicitaria ao Doutor Humberto Espindola que
237 examinasse as cláusulas e que mantivesse contato com os dois relatores Pitoco e Doutora
238 Joana e colaboradores Doutora Ivana e Doutor Fernando Matos para responder a eventuais
239 dúvidas. Solicitou que o assunto fosse pautado como prioritário na próxima reunião do CDDPH
240 para adotar as providências de natureza prática. Em seguida, o **presidente, em exercício**, Dr.
241 Percilio, agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião convocando os
242 conselheiros para a próxima assembléia, a ser realizada no dia ___ de novembro de dois mil e
243 nove.